

A EPISTEMOLOGIA DA MODALIDADE

Pedro Merlussi¹

RESUMO:

Este artigo é uma introdução à epistemologia da modalidade. Na primeira parte, apresenta-se algumas distinções para a compreensão do problema. Em seguida, apresenta-se o pano de fundo histórico da discussão. Finalmente, menciona-se algumas das tentativas atuais de resposta ao problema.

Palavras-chave: Modalidade; epistemologia; necessidade e possibilidade

ABSTRACT:

This paper is an introduction to epistemology of modality. First, we present some distinctions to understand the problem. After that, we show the historical background of the discussion. Finally, we indicate some solutions to the problem.

Key words: Modality; epistemology; necessity and possibility.

Considerações iniciais

Noções modais – noções de necessidade e possibilidade – ocorrem com notável frequência nas reflexões filosóficas. Proposições ou afirmações modais estão subjacentes, por exemplo, em argumentos a favor da existência de Deus (Sto. Anselmo), em argumentos contra a tese de que pode haver conhecimento *a posteriori* de verdades necessárias (David Hume) e foram usadas, mais recentemente, a favor da tese de que o determinismo é incompatível com o livre-arbítrio (Peter van Inwagen). Além disso, noções modais estão implícitas em uma ampla classe de conceitos fundamentais, tais como os conceitos de validade, leis naturais, causalção, entre outros (cf. HALE e HOFFMANN, 2010, p.1). Entretanto, embora o uso de noções modais seja crucial nas reflexões filosóficas, ainda não é claro como podemos ter conhecimento ou pelo menos crença justificada de modalidades. A epistemologia da modalidade é uma subárea da epistemologia que lida principalmente com o problema de saber como podemos ter justificção para nossas crenças modais. Por exemplo, embora possamos olhar para o mundo e saber que Sócrates é um ser humano, como podemos supostamente saber que ele o é necessariamente? Na bibliografia recente sobre o problema, três são as abordagens principais que procuram solucioná-lo, a saber, as abordagens baseadas na concebibilidade, cujos proponentes centrais são Yablo e Geirsson, no entendimento, cujos

¹ Mestrando em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Catarina.

principais defensores são Bealer e Peacocke, e em contrafactuais, cujo defensor mais importante é Williamson.

Este artigo é uma introdução à epistemologia da modalidade. Na primeira, introduzo de maneira sucinta o problema central da epistemologia da modalidade e apresento algumas distinções fundamentais para sua compreensão. Na segunda parte, discuto um aspecto histórico importante do problema, designadamente um contraexemplo de Kripke à tese segundo a qual todas as proposições necessariamente verdadeiras e conhecíveis são conhecíveis *a priori*. Finalmente, mencionarei algumas das tentativas de resposta ao problema contemporaneamente mais relevantes; destacarei portanto alguns aspectos das abordagens baseadas na concebibilidade, no entendimento e em contrafactuais.

A epistemologia da modalidade

O problema central da epistemologia da modalidade é o de saber como podemos ter justificação para nossas crenças modais, ou seja, crenças em proposições que envolvem os conceitos de necessidade e possibilidade. Nas discussões filosóficas atuais, o termo “modalidade” é um mero rótulo que significa nada mais do que “pertencer à possibilidade e à necessidade” (cf. VAN INWAGEN, 2007, §3.1). Os conceitos de necessidade e possibilidade são interdefiníveis. Dizer que alguma coisa é necessária é dizer que sua negação não é possível. E dizer que alguma coisa é possível significa dizer que sua negação não é necessária. Embora seja filosoficamente controverso, por vezes distingue-se as modalidades *de dicto* e *de re*. Modalidade *de dicto* é modalidade atribuída a proposições. Por exemplo, necessariamente dois e dois são quatro é um exemplo de modalidade *de dicto* porque a necessidade é atribuída à proposição expressa pela frase “dois e dois são quatro”. Modalidade *de re*, por outro lado, é modalidade atribuída a coisas. Por exemplo, Sócrates é necessariamente um ser humano é uma modalidade *de re* porque atribui-se ao particular Sócrates a propriedade de ser necessariamente um ser humano.

O problema de saber como temos justificação para nossas crenças modais é *prima facie* diferente do problema de saber como temos justificação para nossas crenças não-modais. Uma das perplexidades dessa questão pode ser formulada a partir de uma passagem da *Crítica da Razão Pura*. Como afirmou Kant, “a experiência nos diz, de fato, o que é, mas

não o que tem de ser necessariamente assim e não de outro modo” (CRP A 1)². Conseguimos justificar nossa crença de que, por exemplo, Sócrates é um ser humano recorrendo à experiência sensorial, mas dificilmente conseguiremos justificar da mesma forma nossa crença de que Sócrates é *necessariamente* um ser humano. Analogamente, justificamos nossa crença de que o ouro é o elemento cujo número atômico é 79 recorrendo à experiência sensorial. No entanto, à primeira vista não somos capazes de justificar nossa crença de que *necessariamente* o ouro é o elemento cujo número atômico é 79 recorrendo também à experiência sensorial.

Além da distinção *de dicto* e *de re*, amiúde distingue-se os tipos de modalidades. Essa última distinção não é menos controversa do que a primeira, mas também é relevante para a caracterização do problema. Para os fins do presente artigo, convém destacar as modalidades lógicas, físicas e metafísicas³. Começemos por definir as modalidades lógicas:

P é logicamente possível num sistema *S* se, e só se, sua forma proposicional é consistente com os axiomas de *S*.

Segundo essa definição, dada a lógica clássica, a proposição expressa pela frase “Sócrates é um cartão de crédito” é logicamente possível. A necessidade lógica por sua vez é definida da seguinte maneira:

P é logicamente necessária num sistema *S* se, e só se, sua forma proposicional é um axioma de *S* ou derivável dos axiomas de *S* através de suas regras de inferência.

Admitindo a lógica clássica, Vaidya (2007) apresenta $P \rightarrow P$ como exemplo de uma verdade logicamente necessária. Ao fazer isso, porém, o filósofo negligencia o fato de $P \rightarrow P$ ser uma *forma proposicional*, não uma proposição. Como formas proposicionais não são proposições, um bom exemplo de necessidade lógica seria, admitindo a lógica clássica, a proposição expressa pela frase “se chove, então chove”, pois a proposição expressa por essa frase tem $P \rightarrow P$ como forma proposicional.

Vejam agora as definições da possibilidade e necessidade físicas.

P é fisicamente possível com relação às leis físicas *L* se, e só se, é logicamente consistente com *L*.

² Kant, sem se dar conta, reitera a modalidade nesta passagem. Quando se afirma que “a natureza não nos diz que *tem de ser necessariamente* assim”, na verdade o que se faz é reiterar a necessidade; ao invés de se afirmar $\Box p$, afirma-se $\Box \Box p$. O que Kant provavelmente tinha em mente era apenas dizer que a natureza não nos mostra que $\Box p$.

³ Outros tipos de modalidades são as conceituais e as epistêmicas. As definições aqui oferecidas baseiam-se sobretudo em Vaidya 2007 e Shalkowski 2004.

Por exemplo, dadas as leis da física, é possível que um objeto atinja a velocidade de 20km/h. E agora temos a definição de necessidade física:

P é fisicamente necessária com relação às leis físicas L se, e só se, é logicamente implicada por L .

Por exemplo, é fisicamente necessário, dadas as leis da física, que nenhum objeto viaje mais depressa do que a luz.

Finalmente, temos a possibilidade e a necessidade metafísicas, as quais merecem algum esclarecimento mais pormenorizado. Definimos a necessidade metafísica como se segue:

P é metafisicamente necessária se, e só se, é necessária, ou verdadeira em todos os mundos possíveis.

É difícil oferecer exemplos de necessidades metafísicas porque há muita controvérsia no que diz respeito à sua natureza. Certos filósofos defenderam a tese segundo a qual todas as necessidades metafísicas são necessidades lógicas (cf. HALE 1997 e MCFETRIDGE 1990). Portanto, segundo essa concepção, exemplos de necessidades metafísicas são os mesmos exemplos de necessidades lógicas. Desse modo, o problema de saber como temos justificação para crenças em proposições necessárias é reduzido ao antigo problema de saber como temos justificação para nossas crenças em verdades lógicas. Por outro lado, filósofos como Kripke (1980) e Plantinga (1974) defenderam que há necessidades metafísicas que não são necessidades lógicas, como, por exemplo, a proposição expressa pela frase “necessariamente Sócrates é um ser humano”.

Com relação à possibilidade metafísica, definimo-la da seguinte maneira:

P é metafisicamente possível se, e só se, é possível, ou é verdadeira em alguns mundos possíveis.

Novamente é problemático oferecer exemplos de possibilidades metafísicas. Certos filósofos pensam que tudo o que é logicamente possível é metafisicamente possível⁴. Por exemplo, se é logicamente possível que Sócrates seja um cartão de crédito, então é metafisicamente possível que Sócrates seja um cartão de crédito. Por outro lado, filósofos essencialistas pensam que, apesar de ser logicamente possível que Sócrates seja um cartão de

⁴ É o que David Hume parece defender em *An Enquiry Concerning Human Understanding*, sec. IV e Ayer parece também aceitar em “The a priori” 2000.

crédito, não se segue que isso seja metafisicamente possível. (Para uma interessante caracterização dos tipos de modalidade veja SALMON, 1989, p.136).

Em suma, a distinção entre tipos de modalidades é importante por uma razão principal. Os proponentes da tese segundo a qual a modalidade metafísica é coextensiva com a modalidade lógica presumivelmente solucionariam o problema de saber como podemos ter justificação em crenças modais mediante uma epistemologia da modalidade lógica. E os defensores da tese segundo a qual a modalidade física é coextensiva com a modalidade metafísica supostamente solucionariam o problema através de uma epistemologia da modalidade física. Contudo, o problema de saber se a modalidade metafísica é coextensiva com a modalidade lógica ou física, ou ainda outro tipo de modalidade, permanece demasiado controverso, de modo que não nos ocuparemos dele. Na discussão histórica a seguir tratarei apenas da epistemologia da modalidade metafísica.

Pano de fundo histórico

Seria demasiado exigente tratar de toda contribuição histórica à epistemologia da modalidade nesta seção. Filósofos como Descartes e Hume tiveram sem dúvida contribuições profícuas para o problema, bem como anteriormente a eles contribuições fundamentais haviam sido feitas por parte de filósofos gregos e medievais. Assim, destacarei apenas um aspecto crucial da discussão histórica que foi tornado preciso inicialmente com Immanuel Kant (1724 – 1804), a saber, que o conhecimento de proposições necessariamente verdadeiras é explicado através do conhecimento *a priori*. Para o presente propósito, entenderei que uma proposição é conhecível *a priori* se, e só se, (1) temos uma crença verdadeira justificada *a priori* e (2) as outras condições para conhecimento são satisfeitas⁵. Uma crença justificada *a priori* é uma crença justificada, em algum sentido, independentemente da experiência sensorial. Exemplos paradigmáticos de proposições conhecíveis *a priori* são as proposições da lógica e da matemática. E essas por sua vez também são exemplos paradigmáticos de proposições necessariamente verdadeiras. Essas reflexões intuitivas pareciam atestar a veracidade da seguinte condicional:

Se uma proposição é necessariamente verdadeira e conhecível, então é conhecível *a priori*

⁵ Edmund Gettier levantou contraexemplos à clássica definição tripartite de *conhecimento* para os quais não há uma resposta satisfatória; por isso a introdução da cláusula (2). Estou contudo ciente que há quem argumente que *conhecimento* é um conceito que não possa ser redutível a conceitos mais básicos (é o caso, por exemplo, de Williamson em “Knowledge and Its Limits”), mas essa discussão está além dos propósitos deste artigo.

É importante notar que a antecedente da condicional supracitada tem de ser “uma proposição é necessariamente verdadeira e *conhecível*”. Isso por ser conceitualmente possível existir pelo menos uma proposição necessariamente verdadeira que não seja *conhecível*. Caso admitamos isso – e não incluíssemos a cláusula de que a proposição necessariamente verdadeira seja *conhecível* – a condicional supracitada seria trivialmente falsa: uma proposição seria necessariamente verdadeira (a antecedente seria verdadeira), mas tal proposição não seria *conhecível* (a conseqüente seria falsa).

Ao longo da história da filosofia, filósofos como Kant, Ayer (2000) e Carnap procuraram explicar o conhecimento de proposições necessariamente verdadeiras e *conhecíveis* com base no conceito de conhecimento *a priori*. E o conhecimento de verdades contingentes e *conhecíveis* (ou seja, de proposições verdadeiras, mas possivelmente falsas) era explicado mediante o conceito de conhecimento *a posteriori* (ou seja, conhecimento independente da experiência sensorial). Entretanto, essa posição enfrentou uma séria dificuldade. Saul Kripke argumentou que a condicional “Se uma proposição é necessariamente verdadeira e *conhecível*, então é *conhecível a priori*” é falsa. Portanto, procurou mostrar que a antecedente é verdadeira (uma proposição é necessariamente verdadeira e *conhecível*) e a conseqüente é falsa (tal proposição não é *conhecível a priori*, mas *a posteriori*). Vejamos o contraexemplo apresentado pelo filósofo.

Kripke nos lembra que uma descoberta empírica importante é a de que o corpo celeste que aparecia num certo período da manhã, denominado “Fósforo”, era afinal de contas o mesmo corpo celeste que aparecia no período da tarde, denominado “Vésper”. Portanto, soube-se *a posteriori* que Fósforo era o mesmo corpo celeste que Vésper. Porém, nota Kripke, aquilo que na realidade é um único objeto não poderia ser dois objetos. Trata-se da tese da necessidade da identidade: se um objeto *a* é idêntico ao objeto *b* (no sentido de numericamente idêntico), então é impossível que esse objeto *a* exista e não seja idêntico ao objeto *b*. Ou seja, se Fósforo é Vésper, então é impossível que Fósforo exista e não seja Vésper. Isso nos permite saber *a posteriori* que, necessariamente, Fósforo é Vésper:

1. Se Fósforo é Vésper, então necessariamente Fósforo é Vésper.
 2. Fósforo é Vésper.
- Logo,
3. Necessariamente, Fósforo é Vésper.

Como a segunda premissa do argumento é conhecida *a posteriori*, conhecemos então *a posteriori* sua conclusão, ou seja, a proposição expressa pela frase “necessariamente Fósforo é Vésper”. Desse modo, conhecemos *a posteriori* uma verdade necessária.

Talvez a premissa mais controversa do argumento seja a primeira: se Fósforo é Vésper, então necessariamente Fósforo é Vésper. Trata-se de uma instância da tese da necessidade da identidade: $\forall x \forall y (x = y \rightarrow \Box x = y)$. Contudo, eis uma simples demonstração a favor dessa tese (cf. KRIPKE, 1971, p.136).

1. $\forall x \forall y (x = y \rightarrow (Fx \rightarrow Fy))$
2. $\forall x \Box x = x$
3. $\forall x \forall y (x = y \rightarrow (\Box x = x \rightarrow \Box y = x))$
4. $\forall x \forall y (x = y \rightarrow \Box x = y)$

(1) é o princípio leibniziano da indiscernibilidade de idênticos, segundo o qual se dois objetos são numericamente idênticos, então se um tem uma propriedade F, o outro também a tem. (2) diz apenas o seguinte: para qualquer objeto, esse objeto é necessariamente idêntico a si próprio. (3) nada mais é do que (1), mas com o predicado “é necessariamente idêntico a...”: se x tem necessariamente a propriedade de ser numericamente idêntico a x, então y também tem necessariamente a propriedade de ser numericamente idêntico a x. De (2) e (3), segue-se pelo cálculo de predicados modal elementar que, se $x = y$, então necessariamente $x = y$.

Talvez seja razoável objetar que conseguimos conceber uma situação na qual Fósforo não é Vésper, apesar de efetivamente Fósforo ser Vésper. Portanto, mostrar-se-ia que a antecedente é verdadeira (Fósforo é Vésper) e a consequente falsa (é possível que Fósforo não seja Vésper). No entanto, isso não parece concebível. O que de fato se consegue conceber é uma situação na qual o nome “Fósforo” refere um objeto diferente do objeto que o nome “Vésper” refere. Porém, concluir daí que há uma situação na qual Fósforo e Vésper são objetos diferentes nada mais se faz do que confundir palavras e coisas. Como já se disse, é possível conceber uma situação na qual o nome “Fósforo” refere um objeto diferente do objeto que o nome “Vésper” refere. Mas uma coisa completamente diferente é mostrar que há uma situação na qual o objeto Fósforo seja diferente do objeto Vésper, uma vez que ambos são numericamente idênticos. Portanto, essa objeção não é bem-sucedida.

Se não há algo de errado com o contraexemplo de Kripke, então ele parece cumprir bem aquilo que se propõe: mostra um caso no qual uma proposição necessariamente verdadeira é conhecível *a posteriori*. Nesse sentido, a contribuição de Kripke à epistemologia

da modalidade se dá ao argumentar que nem toda proposição necessariamente verdadeira é conhecível *a priori*. Portanto, parece haver um bom motivo atualmente para pensar que o problema do conhecimento de verdades necessárias não pode ser tomado como o problema de explicar o conhecimento *a priori*.

Recentemente, as principais repostas ao problema de saber como podemos ter justificação para nossas crenças modais encontram-se nas abordagens baseadas na concebilidade (Yablo e Geirsson), no entendimento (Bealer e Peacocke) e em contrafactuais (Williamson). Dessas três abordagens elencadas destacaremos apenas alguns aspectos.

Principais abordagens contemporâneas

A abordagem baseada na concebilidade já fora preconizada por David Hume, que defendera as seguintes condicionais: (i) se P é concebível, então P é possível e (ii) se P é inconcebível, então P é impossível. Embora a abordagem concebilista de Hume tenha enfrentado fortes objeções, observou-se um ressurgimento do interesse na relação entre concebilidade e modalidade na filosofia pós-kripkiana. Esse interesse se deve à rejeição do ceticismo quanto à concebilidade, isto é, deve-se à rejeição da tese segundo a qual a concebilidade e a inconcebibilidade não têm relação com qualquer tipo de modalidade (cf. VAIDYA, 2007, §5). Diferentes relações entre possibilidade e concebilidade foram formuladas contra a tese cética. Mas há duas posições principais no que diz respeito a essa relação. Pode-se defender uma tese mais forte, a saber, que a concebilidade implica a possibilidade, tal como concebera Hume, mas respondendo às principais objeções que lhe foram levantadas, ou uma tese mais fraca, nomeadamente a de que a concebilidade oferece indícios de que algo é possível, tal como Yablo (1993) e desenvolvida em mais pormenor por Geirsson (2005) (mais recentemente encontra-se GREGORY, 2010, p.319). Admitindo que $C(P)$ significa “é concebível que P ”, $\Diamond P$ “é possível que P ” e $I(X/Y)$ “ X é um indício para Y ”, temos, em suma, as seguintes opções para a abordagem concebilista:

- 1) Concebilidade implica a possibilidade: $(C(P) \rightarrow \Diamond P) \wedge (\neg C(P) \rightarrow \neg \Diamond P)$
- 2) Concebilidade oferece indícios para a possibilidade: $I(C(P)/\Diamond P) \wedge I(\neg C(P)/\neg \Diamond P)$

Ao contrário das abordagens baseadas na concebilidade, as abordagens pautadas no entendimento procuram explicar nosso conhecimento de modalidades sem ter de tomar a noção de concebilidade como mais básica. Isso não quer dizer que a concebilidade não possa desempenhar um papel importante nas abordagens do entendimento para explicar nossa

justificação ou conhecimento de modalidades, mas, ao invés, que a concebilidade não pode ser tomada como a explicação mais básica de nosso conhecimento modal. *Grosso modo*, o que as abordagens baseadas no entendimento tomam como mais básico para explicar nossa justificação ou conhecimento modal é a nossa capacidade para possuir conceitos e compreender as relações entre eles. Por exemplo, ao possuir os conceitos de homem não-casado e de solteiro, e em virtude de nosso entendimento desses conceitos, podemos determinar que é impossível para um homem ser simultaneamente solteiro e casado. Analogamente, ao compreender os conceitos de conhecimento, crença e justificação, e em virtude do nosso entendimento desses conceitos, alguém poderia determinar que é possível ter crença justificada sem ter conhecimento. Recentemente, a abordagem baseada no entendimento fora desenvolvida de maneiras distintas por George Bealer (1987, 1999 e 2002), proponente do Confiabilismo Modal, e Christopher Peacocke (1997, 1998 e 2002), proponente do Princípio de Possibilidades.

Finalmente, as abordagens baseadas em contrafactuais têm como característica a ideia de que o raciocínio contrafactual e a imaginação desempenham um papel central ao explicar a epistemologia da metafísica da modalidade, isto é, proposições metafisicamente necessárias ou contingentes (cf. VAIDYA, 2007, §7). Dentre os principais proponentes dessa abordagem, destaca-se Timothy Williamson (2007). Williamson defende que uma definição bem-sucedida da modalidade metafísica em termos de condicionais contrafactuais permite-nos tomar a epistemologia da modalidade metafísica como um caso especial da epistemologia das contrafactuais. A abordagem de Williamson reduz a modalidade metafísica a fórmulas logicamente equivalentes que envolvem condicionais contrafactuais e também reduz a epistemologia da modalidade metafísica à epistemologia do raciocínio contrafactual. Ao usar \perp para se referir a uma contradição lógica e $\Box P$ para “é necessário que P ”, oferece-se a seguinte definição para a necessidade e a possibilidade metafísicas (cf. WILLIAMSON, 2010, p.83):

Necessidade: $\Box A = (\neg A \Box \rightarrow \perp)$ def.

Possibilidade: $\Diamond A = \neg(A \Box \rightarrow \perp)$ def.

Considerações finais

Em suma, as três abordagens são *prima facie* promissoras com relação a uma resposta bem-sucedida ao problema de saber como podemos ter crença justificada de modalidades. No

entanto, apenas num exame atento e cuidadoso poderemos avaliar cada uma das abordagens. E a avaliação de cada uma delas, das principais teses e argumentos, é apenas o início da discussão do problema.

Referências Bibliográficas

- AYER, A. J. “The A Priori”. In: *Contemporary Analytic and Linguistic Philosophers*. New York: Prometheus Books, 2000
- BEALER, George. “Philosophical Limits of Scientific Essentialism”, *Philosophical Perspectives*, 1: 289–365, 1987.
- BEALER, George. “A Theory of the A Priori”, *Philosophical Perspectives*, 13: 29–55, 1999.
- BEALER, George. “Modal Epistemology and the Rationalist Renaissance”, in T. Gendler and J. Hawthorne (eds.), *Conceivability and Possibility*, Oxford: Oxford University Press, pp. 71–125, 2002.
- GREGORY, Dominic. “Conceivability and Apparent Possibility”. In: Bob Hale and Aviv Hoffman, *Modality*. New York: Oxford University Press, 2010.
- HALE, Bob. “Absolute Necessities”, *Philosophical Perspectives*, 10: 271–308, 1997.
- HALE, Bob and HOFFMANN, Aviv. *Modality*. New York: Oxford University Press, 2010.
- HUME, David. *A Treatise of Human Nature*, David Fate Norton and Mary J. Norton (eds.), Oxford: Oxford University Press, 2000.
- INWAGEN, Peter van. “Metaphysics”. *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*, Edward N. Zalta (dir.), 2007.
- KANT, Immanuel. *Critique of Pure Reason*, P. Guyer and A. Wood (eds.), Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- KRIPKE, Saul. “Identity and Necessity”, in M.K. Munitz (ed.), *Identity and Individuation*, New York: New York University Press, pp. 135–164, 1971.
- KRIPKE, Saul. *Naming and Necessity*, Cambridge: Harvard University Press, 1980.
- MCFETRIDGE, Ian. “Logical Necessity: Some Issues,” in John Haldane and Roger Scruton, eds., *Logical Necessity and Other Essays*. London: Aristotelian Society, pp. 135–54, 1990.
- PEACOCKE, Christopher. “Metaphysical Necessity: Understanding, Truth and Epistemology”, *Mind*, 106: 521–74, 1997.
- PEACOCKE, Christopher. *Being Known*, Oxford: Oxford University Press, 1998.
- PEACOCKE, Christopher. “The Principle-Based Account of Modality: Elucidations and Resources”, in “A Symposium on Being Known” in *Philosophy and Phenomenological*

Research, LXIV: 663–79, 2002.

PLANTINGA, Alvin. *The Nature of Necessity*. Oxford: Oxford University Press, 1974.

SALMON, Nathan. “The Logic of What Might Have Been”. In Salmon 2005, 1989.

SALMON, N. *Metaphysics, Mathematics, and Meaning: Philosophical Papers, Volume I*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

VAIDYA, Anand. “The Epistemology of Modality”. *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*, Edward N. Zalta (dir.), 2007.

WILLIAMSON, Timothy. *The Philosophy of Philosophy*, Malden, MA: Wiley-Blackwell, 2008.

WILLIAMSON, Timothy. “Modal Logic within Contrafactual Logic”. In: Bob Hale and Aviv Hoffman, *Modality*. New York: Oxford University Press, 2010.

YABLO, Stephen. “Is Conceivability a Guide to Possibility?”. *Philosophy and Phenomenological Research*, 53: 1–42, 1993.